

flexão e extensão do tronco repetitivamente, carregar peso, subir e descer escadas com frequência e efetuar movimentos repetidos com os membros superiores. Considerando o que estabelece a Lei nº 5.810 de 24/01/1994, no seu Art. 56 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.

R E S O L V E:
SEJA concedida readaptação funcional definitivamente, com início em 28/02/2012, a servidora GISELE DE CÁSSIA ALCÂNTARA DA CUNHA QUEIROZ, matrícula nº 5853095/4, ocupante do cargo de Técnico em Saúde, com lotação na DAS/Coordenadoria de Gestão em Saúde, observando-se as considerações acima. A presente Portaria retroagirá seus efeitos a contar do dia 28 de fevereiro de 2012.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA
Presidente

PORTARIA Nº 156 DE 30 DE MARÇO DE 2012

DISPENSAR a servidora VALDERINA CAMELO XAVIER, matrícula nº 3152723/1, ocupante do cargo de Técnico em Administração e Finanças, lotada no Núcleo de Controle Interno, da Portaria nº 876 de 03/11/1999, que designou para responder até ulterior deliberação pela Função Gratificada de Chefe de Divisão de Administração de Recursos Humanos, código DAL-02.4. A presente portaria retroagira seus efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2003.

KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA
Presidente

**TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 360500**

Ato: Portaria n.134 de 20.03.2012
Término Vínculo: 03/03/2012
Tipo: Término de Vínculo de Servidor
Motivo: Rescindir Contrato de Prestação de Serviços Temporários
Orgão: INSTITUTO DE ASSIST DOS SERV DO EST DO PARA
Servidor(es):
Temporário / Eliete Batista de Oliveira (Assistente Administrativo)<br
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

Empresa de Processamento
de Dados do Estado do Pará

**AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 360339
PREGÃO ELETRÔNICO Nº05/2012**

Processo nº420.816/2011
OBJETO:Aquisição de Sistema de Energia,
Ininterrupta – Nobbreaks, para uso nas localidades
Atendidas pelo programa NAVEGAPARÁ,
através de registro de preços.
DATA DA ABERTURA: 13.04.2012
HORÁRIO/ 10:00 horas
LOCAL: COMPRASNET
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:6358
FONTE DE RECURSO: 0101
DATA DA ASSINATURA: 01.02.2012
ORDENADOR RESPONSÁVEL:
Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires
Os interessados deverão retirar o edital no sítio do
www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br
Fone para contato: 3344-5396/5366
Adenice M. Mattos - Pregoeira

Instituto de Gestão Previdenciária
do Estado do Pará

**CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEP
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEP**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2012 (dois mil e doze), no auditório do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, com a presença dos Conselheiros Titulares, senhor JÚLIO CÉSAR DOS MENDES LOPES, Presidente do IGEPREV, no exercício da Presidência do Conselho Estadual de Previdência, senhor PIO X SAMPAIO LEITE, Deputado Estadual e Representante da Assembléia Legislativa, senhor ANTONIO DE PÁDUA SOUTELLO BECHARA, Representante do Ministério Público do Estado do Pará, senhor FERNANDO FLÁVIO LOPES NORONHA, Representante da ADEPOL, senhor JOSÉ Haelton Souza da Costa, Representante da AMFAMIPA/ASSOJUPA, senhora ANA

MARIA ALVES MARTINS, Representante da AMEPA – Pensionistas do Estado, senhor MAURÍCIO CRISPINO GOMES, membro suplente Representante do Tribunal de Justiça do Estado, senhora VIVIANE RUFFEIL TEIXEIRA PEREIRA, membro suplente Representante da Procuradoria Geral do Estado. Iniciada a reunião, o Presidente do IGEPREV comunicou aos conselheiros presentes que, em face da impossibilidade do Presidente do Conselho, Doutor HELENILSON PONTES, comparecer ao evento, a presidência do evento estaria ao seu encargo. Assim, dando por aberta a reunião, o Presidente discorreu sobre a sua posição no órgão previdenciário e no presente evento, ressaltando, na oportunidade, a sua origem profissional e o seu pensamento sobre a importância do IGEPREV para os servidores públicos estaduais. Sobre o objetivo da reunião, destacou a necessidade de submeter à apreciação dos membros do Conselho presentes a proposta da Política de Investimento para 2012, para fins de aprovação. A apreciação da matéria e a aprovação da proposta são imprescindíveis para a emissão do Certificado de Regularidade junto ao Ministério da Previdência Social, e que, por conta do exíguo prazo para a providência, será elaborada uma ata objetiva e enxuta, o que possibilitaria a assinatura dos membros ainda hoje, se possível depois do encerramento do evento, com que todos concordaram. Em seguida, submetida aos membros presentes, a ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012 foi devidamente aprovada. Posteriormente, concedida a palavra ao Atuário TÚLIO PINHEIRO, representante da ARIMA Consultoria, este abordou a Avaliação Atuarial Anual, destacando a Lei nº 9.717/98, que é a norma que dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos, sendo a legislação o instrumento que disciplina o procedimento de aprovação e remessa das informações referentes à Política de Investimento ao Ministério da Previdência Social. Numa rápida exposição, o senhor TÚLIO PINHEIRO explicou que a regra atuarial corresponde a uma projeção dos futuros, trazendo tais informações para os dias de hoje, concernentes às despesas e receitas, com o propósito de ver se o dinheiro que vai ser arrecadado daria para fazer frente aos dispêndios, sendo esta a razão da importância de se ter um equilíbrio atuarial. Discorreu, ainda, que para se fazer tais projeções, criam-se algumas hipóteses, destacando as probabilidades de eventos, como a morte de segurados e beneficiários, e a elevação de salário, as quais são chamadas hipóteses atuariais, adotadas para se trabalhar com a projeção para os próximos 75 anos. Ainda com a palavra, o Atuário TÚLIO ressaltou que o IGEPREV é uma entidade gestora que administra dois planos previdenciários, FUNPREV e o FINANPREV, esclarecendo que o primeiro se destina para o pessoal que ingressou no serviço público a partir de 2002, enquanto que o segundo está vinculado aos servidores anteriores a 2002. No que concerne ao FUNPREV, o contingente de aposentados atualmente alcança apenas o percentual de 0,03%, cenário positivo que leva a sugerir que, se for bem administrado, não correrá nenhum risco. Entretanto, como já foi informado anteriormente, o FINANPREV é uma realidade totalmente diferente, uma vez que há uma inatividade quase igual ao do pessoal da ativa. Atualmente, o FUNPREV conta com um patrimônio de 1 (um) bilhão e 300 (trezentos) milhões, o que o torna o 3º do País, porém, já apresenta déficit técnico na ordem de R\$ 165 milhões. O entendimento atuarial para evitar riscos é no sentido da formação de uma base de dados segura, o que é regra indispensável. O FUNPREV funciona como um fundo de pensão, não podendo se pensar diferente. A essência dele é atuarial. Não se pode admitir que o IGEPREV, sendo o 3º do País, conte apenas um profissional da área atuarial. Ressaltou, ainda, que as projeções salariais continuaram no mesmo patamar do governo passado, porém, houve um aumento de quase 20% em suas obrigações, o que fatalmente gera um aumento de despesas, sendo que a causa está afeta ao aumento da idade média dos segurados ativos e o aumento do percentual dos segurados do sexo feminino. Um acompanhamento de tais cenários é tarefa básica de um regime próprio de previdência. É indispensável permanente acompanhamento atuarial para verificar se as estratégias de ação estão no caminho certo. Na oportunidade, o Atuário UTAN DIAS, servidor do IGEPREV, destacou as dificuldades para formação de um banco de dados sólido, por conta da falta de envio de informações pelos poderes e órgãos autônomos estaduais, uma vez que os registros são importantes para as projeções atuariais. Retornando com a palavra, o Atuário TÚLIO PINHEIRO enfatizou que a previdência tem que ser tratada como uma questão de Estado. Atualmente, em face do déficit técnico que o FUNPREV apresenta, há necessidade de se alterar a cota patronal de 11% (onze por cento) para 13,26% (treze vírgula vinte e seis por cento), medida que levará à alteração da lei vigente. E, assim, para evitar os riscos, o Atuário orientou a adoção de medidas necessárias para evitar o desequilíbrio atuarial, como o planejamento de acompanhamento atuarial, a realização de censo previdenciário, fazendo-se um cadastramento funcional, este já em andamento, e um censo administrativo, além da criação de um fundo próprio para os militares. Ressaltou o Presidente do IGEPREV, em exercício da Presidência do Conselho, da

necessidade de contar com uma base de dados, pois se o sistema dispusesse de informações seguras, poder-se-ia verificar se as hipóteses atuais estariam corretas ou inadequadas. Posteriormente, o Atuário TÚLIO PINHEIRO destacou a importância da participação do IGEPREV na mesa de negociação salarial dos servidores do Estado, pois qualquer aumento concedido pelo Governo pode impactar o fundo. O Presidente do IGEPREV, no exercício da Presidência do Conselho, destacou que medidas judiciais que também impactam o fundo, posto que os resultados das demandas não estavam previstos. O Conselheiro ALUIZIO NORONHA esclareceu que não foram somente as demandas judiciais que comprometeram os fundos que hoje enfrentam dificuldades. Na oportunidade, a Conselheira VIVIANE TEIXEIRA, na titularidade da representação da PGE, informou que a maioria dos precatórios, da administração indireta, atualmente são em desfavor do IGEPREV. Em seguida, o Presidente exercício do Conselho, senhor JÚLIO CÉSAR LOPES, concedeu a palavra aos servidores responsável pela exposição da Política de Investimento para 2012 e da Nota Técnica nº 002/2012, esta objeto de exigência dos conselheiros presentes na primeira reunião. Assim, dada a palavra ao Analista de Investimento ANDRÉ RHYO, servidor do IGEPREV, este informou que a Política de Investimento para 2012 sofreu uma pequena alteração, em relação à informação enviada anteriormente aos membros do Conselho, justificando que a medida se verificou por conta da redução da taxa SELIC pelo COPOM. Discorreu dando uma explicação técnica para os conselheiros sobre cada tipo de operação no mercado para, em seguida, apresentar a proposta de alocação estratégica dos recursos para o ano de 2012. Explicitado o eixo da distribuição percentual dos valores para este ano nos segmentos referentes à resolução nº 3.922/10 do CMN, bem como os limites máximos e mínimos, o Analista ANDRÉ RHYO informou que, ao realizar diversas simulações com dados históricos, as projeções de retorno do FUNPREV podem ser de 20,27% ou 174,85% da Meta Atuarial. Entretanto, os resultados das projeções podem sofrer alterações por diversos motivos entre eles as inflexões do ambiente macroeconômico mundial e nacional. Ademais, o Analista alertou aos conselheiros da visível tendência de redução da taxa SELIC, a qual obriga o gestor previdenciário alocar significativamente recursos no segmento de renda variável com realização de esforços para iniciar operações nos chamados Fundos de Participações (FIP). Por fim, a Analista KELLI SILVA, servidora do IGEPREV, explicou aos conselheiros presentes que os estudos e as operações de investimentos são feitas de acordo com os Critérios de Investimentos (procedimentos e metodologias) de forma rigorosa, a fim de atender as premissas básicas de boa governança e da legalidade. Encerrada a sua exposição técnica, o Presidente em exercício do Conselho, senhor JÚLIO CÉSAR LOPES, colocou em votação a POLÍTICA DE INVESTIMENTO PARA 2012, consoante página 14 do relatório "As Diretrizes de Investimento Adotadas pelo Instituto de Gestão Previdenciário do Estado do Pará – IGEPREV", o que foi, unanimemente, aprovada pelos conselheiros presentes ao evento. Assim, para documentar o ato praticado pelos conselheiros, o estudo elaborado, juntamente com a Nota Técnica nº 002/2012, passa a fazer parte integrante desta presente ata. Ainda com a palavra, o Presidente em exercício do Conselho, fazendo uma abordagem sobre a orientação dada pela Auditoria Geral do Estado, destacou a proposta de criação de um Colegiado Superior para atuar como escalão de assessoramento à DIREX, como forma de mitigar os riscos dos negócios ofertados. Colocada a proposta em debate, resultou aprovada pelos conselheiros a formação de um colegiado, em caráter provisório e precário, composto por representantes da AGE, da SEFA e do IGEPREV, além do Conselheiro JOSÉ Haelton Souza da Costa, representante da AMFAMIPA/ASSOJUPA, na condição de titular e do Conselheiro ALUIZIO NORONHA JÚNIOR, representante do SINDIJU, na condição de suplente. Com a palavra, o Conselheiro JOSÉ Haelton informou que, de acordo com a reunião anterior, está em curso a celebração de um convênio no sentido proporcionar treinamento dos membros para possibilitar a certificação do CPA 10, esclarecendo que, mesmo que o participante não se submeta à prova, o aprendizado sobre mercados será de grande valia. O conselheiro ALUIZIO NORONHA destacou a necessidade de disponibilização de extratos dos investimentos realizados pelos segurados/beneficiários, como forma de controlar a contribuição no fundo. Acolhendo a proposta, o Presidente em exercício do Conselho disse que recomendará um estudo sobre o caso, cujo resultado apresentará na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício do Conselho deu por encerrada a reunião. Para constar, Eu, JOSÉ CLÁUDIO DOS SANTOS MARQUES, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Previdência, em exercício, lavrei a presente ata, a qual assino, juntamente com todos os participantes, a seguir identificados.

JÚLIO CÉSAR DOS MENDES LOPES (TITULAR)
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV
Presidente em exercício do Conselho Estadual de Previdência

PIO X SAMPAIO LEITE (TITULAR)
Representante da Assembléia Legislativa do Estado